



LASA

Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão

Suplemento 2



Timor, um outro lado da história
Figuras da vida que se fez em Timor:

Jaurés Américo Viegas

De Setúbal a Ermera

(ou da beira do rio Sado à planície da ribeira de Lois), sem volta

por

José António Cabrita



LASA - Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão

www.lasa.pt

Revista LASA

Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão

N.º 26 - Verão 2025

Coordenação Editorial:

Salvador Peres e João Reis Ribeiro

Equipa Editorial:

António Cunha Bento, Isabel Melo, Alberto Pereira, Eduardo Carqueijeiro e João Coelho

Contactos

Sede Social: Praça de Bocage, 48 – 2.º Esq.º, 2900-276 Setúbal

Telefone: +351 265 235 000 * Email: lasasetubal@gmail.com**

Sítio internet: www.lasa.pt

**O Suplemento “Timor, um outro lado da história — Figuras da vida que se fez em Timor:
Jaurés Américo Viegas — De Setúbal a Ermera (ou da beira do rio Sado à planície
da ribeira de Lois), sem volta”, da autoria de José António Cabrita,
faz parte integrante da edição da *Revista LASA* (n.º 26, Verão.2025)**

**Timor, um outro lado da história
Figuras da vida que se fez em Timor:**

Jaurés Américo Viegas



**De Setúbal a Ermera
(ou da beira do rio Sado à planície da ribeira de Lois),
sem volta**

**por
José António Cabrita**

Timor, um outro lado da história.

Figuras da vida que se fez em Timor:

Jaurés Américo Viegas

De Setúbal a Ermera (ou da beira do rio Sado à planície da ribeira de Lois), sem volta¹

O essencial do presente escrito sobre deportação política para Timor², assenta na figura de um dos protagonistas desse movimento de pessoas, de nome Jaurés Américo Viegas. E o amparo mais próximo da narrativa, encontra-se numa vasta colecção de apontamentos que o seu autor foi coligindo sobre acontecimentos transcorridos sobre o assunto e sobre os seus protagonistas. Tais rascunhos, que se titulam por *umas tantas nótulas inacabadas, para certas cogitações sobre um tempo que foi de deportados em Timor, quando colónia portuguesa*, deram já origem a duas publicações a que podem recorrer os interesses complementares sobre o assunto³.

Há contares sobre pessoas que, antes de serem tentados ao jeito da história, são de outra maneira, porventura muito mais fascinante. A história precisa de fontes legitimadas, de documentação original ou certificada, de testemunhos acareados, entre outros procedimentos tidos por científicos. Sabe-se que, por vezes, isso não é possível, mormente quando, como reconheceu Fernão Lopes, *para tanta antiguidade certidão haver não pode*.

O tamanho da antiguidade de vida de Jaurés Américo Viegas não é assim tanto, evidentemente. Mas, entre os contares diversos e o que a história aceita reconhecer sobre a aventura vida dele, por pouco que seja, aconselha a tomar aquelas reservas, para que, uma e outra maneira de a contar permita captar o fascínio do conhecimento que dessa vida transparece.

De Jaurés, escreve com quem com ele privou largos momentos na década de 1960, que se tratava de um *homem de elevada estatura (dois metros de altura quase), tinha as feições gradas, umas mãos impressionantemente grandes, forte sem ser gordo, sempre risonho e, o que mais*

¹ Neste escrito, o que, no seu conteúdo, surgir redigido com o formato itálico: ou corresponde a citações alheias, sempre devidamente identificadas ou indiciadas; ou é o título de uma publicação principal; ou diz respeito a vocábulos estrangeiros, ou a palavras e expressões pouco usuais, ou mais ousadas, ou mesmo ausentes, de um primeiro olhar pela generalidade dos dicionários de língua portuguesa.

² Sobre o fundamento para a consideração do tipo de degredo aqui em apreciação como tendo sido uma *deportação política*, vd. CABRITA 2016: 13-18.

³ CABRITA 2015; CABRITA 2016.

notável transparecia ao trocar alguém duas palavras com ele, aquilo que se costuma chamar “um coração de pomba”⁴. O mesmo testemunho, assevera que Jaurés era natural de Setúbal. E também que, quando tinha quinze anos apenas (...) vinha todos os dias, de barco, trabalhar numa oficina de serralheiro em Lisboa.

Um dia, prossegue a mesma fonte, no fim da jornada de trabalho, por ocasião de *uma daquelas muitas revoluções que, por tudo e por nada, se verificavam em Lisboa aquando da primeira república*, uns revolucionários que encontrou num *ponto estratégico de Lisboa*, estavam a tentar desencravar uma metralhadora, tarefa que parecia não conseguirem levar a cabo. Pediram então ajuda ao *puto (...) mecânico* que ia passando, tendo *à cintura um alicate*. O pior foi que a polícia apareceu pouco depois, os revolucionários deram em debandar, Jaurés foi *agarrado pelas manáculas de dois polícias que o levaram para a esquadra, o encheram de pancadaria e em breve se viu degradado na longínqua Timor sem qualquer prévio julgamento*⁵.

Parece ser um *récit* carregado de fantasia, este, como se irá tentando dar conta ao correr das presentes palavras. José Casinha Nova, algarvio de nascimento, um jovem recentemente licenciado em Filologia Românica⁶, professor de português e francês, para Timor fora enviado em cumprimento do seu serviço militar obrigatório, na primeira metade da década de 1960⁷. Nessa ocasião, muito privou com Jaurés Américo Viegas e dele ouviu longas narrativas que o foram deixando cada vez mais enlevado. Muito recentemente, Nova decidiu plasmar em livro, com outros detalhes sobre a sua aventura timorense, as fascinantes impressões que escutou do seu amigo Jaurés, a ponto de lhe dedicar uma parte apreciável dessas memórias⁸.

Um outro exemplar de escrita memorial a que também se haverá de ir deitando mãos ao correr do texto, igualmente refere Jaurés como sendo natural de Setúbal. Mas trata-se de um testemunho confuso, reconheça-se: numa página anota a sua deportação para Timor *aos 17 anos de idade*⁹, enquanto noutra, escreve que ali estava *desde os 16 anos, quando para ali o mandaram, como deportado*¹⁰.

⁴ NOVA 2014: 70.

⁵ NOVA 2014: 71-72.

⁶ NOVA 2014: 129.

⁷ José Casinha Nova iniciou viagem, em Lisboa, *no mês de Julho* (NOVA 2014: 24) de 1962, a bordo do Niassa, um *belo e luxuoso paquete* (NOVA 2014: 24), que, ao fim *quarenta e sete lentíssimos dias bem contados* (NOVA 2014: 27), lançou amarras na baía de Díli, a 31-08-1962 (*Boletim Oficial de Timor*, 29-09-1962: 801). Regressaria a Lisboa de avião, dois dias depois de ter largado de Díli, a 7-09-1964, o navio Timor que trazia de volta quase todos os companheiros com quem Casinha Nova protagonizara esses seus tempos de missão em Timor (*BOT* 41, 1964: 914). O boletim oficial de Timor, independentemente das várias designações que foi assumindo, será, doravante, usado com a sigla *BOT*.

⁸ NOVA 2014: 69-130.

⁹ REBELO 1994: 71.

¹⁰ REBELO 1994: 14.



O mesmo contributo, da autoria de um militar que cumpriria uma comissão em Timor entre os anos de 1946 e 1950, mostra uma das duas fotografias de Jaurés que o autor da presente narrativa guarda no seu acervo. Contudo, pela legenda pouco precisa do retrato: *Nos mares de Liquiçá – a bordo da «corcora» de Jaurés Viegas./ - Bastos, a seguir Rebelo, Jaurés Viegas e o Sabino, que era um militar muito disciplinado, e amigo do seu amigo e alentejano*¹¹, não se vê forma de comprovar a envergadura física pouco comum, tal como seria evidenciada por Casinha Nova.

Ainda sobre o lugar de origem de Jaurés Américo Viegas, mais fontes o indicam como sendo Setúbal. É o caso de um documento guardado no Arquivo Histórico-Diplomático, em Lisboa, o único que, a par da dita naturalidade, acrescenta a sua respectiva filiação: João Viegas e Maria Viegas¹². Outra fonte, a de um escrito fundamental para o estudo de casos das deportações mais numerosas que tiveram Timor como destino, da autoria do historiador António Monteiro Cardoso, anota-lhe ainda o ofício de *carpinteiro*, bem como que a prisão que antecedeu o seu degredo timorense ocorrera na data de 17 de Junho de 1925¹³. E em Timor, já aliviado da condição de

¹¹ REBELO 1994: 83.

¹² PT-AHD-1-MNE-SE-S007-02-UI0006-DC00003-DC00005-DS00004.

¹³ CARDOSO 2007: 239.

deportado que para lá o tinha destinado, ele próprio se declararia *solteiro, maior, natural de Setúbal (...) e residente em Maubara*, corria o mês de Março de 1954, quando tratou de requerer o aforamento de um terreno localizado na planície da ribeira de Lois, com *vinte hectares* de superfície, que ele anunciava destinar a *culturas anuais*¹⁴.

Ainda assim, o envelope biográfico de Jaurés de que se dispunha, reconheça-se não poder ser tomado com um conteúdo de grande relevo informativo, com vista a ajudar a composição da sua figura. Não se conhece, por exemplo, em que freguesia setubalense teria ele vindo ao mundo, nem se vislumbra uma aproximação muito segura ao ano em que tal possa ter acontecido, o que torna difícil achar o assento do seu baptismo. Dispondo-se de um tal documento, talvez fosse possível desenhar um pouco melhor o que teria sido o seu universo social de origem, aí se esperando poder conferir a data do seu nascimento, o local de casamento dos pais, bem como as suas profissões e idades, porventura a identificação dos avós, assim como a dos padrinhos, e os demais informes que o escrevente tivesse entendido por bem juntar ao registo. O dito assento que se não conhece, por ora, deve ter sido outorgado nas imediações da viragem do século XIX para o XX, um tempo que já se habituara a um apreciável detalhe de informes biográficos, o que legitima o almejo da serventia que ali se enuncia¹⁵.

Pode ser, pois, que Jaurés tenha nascido em Setúbal. É prudente manter esta reserva uma vez que, algumas das biografias de protagonistas dos tempos politicamente conturbados em que ele também teve um lugar, tinham por costumar escamotear os informes sobre a sua identificação, mormente nas ocasiões em que eram forçados em indicar tais particularidades às autoridades que os aprisionavam.

Em abono da hipótese de ter sido em Setúbal que Jaurés nasceu, ainda que com fundamento histórico pouco sustentado, pode tomar-se a existência, na cidade sadina, de uma Maria Viegas, que a memória do movimento anarquista português reclamou como sendo uma das suas protagonistas: *Operária do ramo de conservas, a primeira mulher a participar na luta pela fundação de uma associação de classe, ainda no tempo da monarquia. Tornara-se oradora e anarquista de grandes convicções./ Foi para Lisboa, casou-se com um arsenalista também simpatizante libertário. Esta conhecia bem o anarquismo*¹⁶.

Existem na descrição militante desta Maria Viegas anarquista, duas dimensões que parecem apontar para Jaurés. Uma delas remete para uma evidência espacial: para além da

¹⁴ BOT 15, 10-04-1954: 165.

¹⁵ Leve-se em conta que, tomando as referências deixadas perceber por José Rebelo e José Casinha Nova, quanto à idade com que Jaurés fora deportado para Timor, foram pesquisados os *assentos de baptismo* das quatro freguesias de Setúbal, disponíveis online: *Nossa Senhora da Anunciada*, cfr. <https://tombo.pt/f/stb01>; *Santa Maria da Graça*, cfr. <https://tombo.pt/f/stb02>; *São Julião*, cfr. <https://tombo.pt/f/stb03>; e *São Sebastião*, cfr. <https://tombo.pt/f/stb05>. Em todas as freguesias, se consultaram os assentos respeitantes aos anos de 1909, 1910 e 1911, este último ano com escrituras apenas até 31 de Março, mercê da outorga recente do *Código do Registo Civil* republicano. Em nenhuma dessas consultas, porém, foi encontrado o registo referente a Jaurés.

¹⁶ RODRIGUES 1982: 217.

invocação de Setúbal como local de nascimento, quase tudo o mais que se conhece sobre a sua figura até ao momento em que foi embarcado para Timor, teve ocorrência na cidade de Lisboa. A outra daquelas dimensões deixa transparecer uma configuração simbólica de apreciável relevo: o seu nome, Jaurés. Trata-se de uma expressão antroponímica muito invulgar em Portugal, a ponto de, no presente, nem sequer figurar na *listagem de vocábulos admitidos e não admitidos como nomes próprios* divulgada pelos serviços portugueses competentes, actualizada a 30 de Setembro de 2016¹⁷. Por isso, é muito difícil, num tempo ainda marcado por acirrados debates fundacionais das correntes políticas operárias, não associar tal nome ao do republicano francês Jean Jaurès, nascido em 1859 e assassinado em Paris no último dia de Julho de 1914, hoje recordado como *pacifista e fundador do Partido Socialista francês, (...) um homem que quis convocar uma greve geral em França e na Alemanha para evitar a que se veio a tornar na Primeira Guerra Mundial*¹⁸. São conhecidas tais associações dos nomes de filhos de militantes operários a figuras dos movimentos políticos emergentes, como sinal de fidelidade aos seus ideais, podendo apontar-se como exemplo marcante, entre a leva de deportados a que Jaurés pertenceu, os casos de Francisco Ureña Prieto que chamou aos filhos Germinal, Auréola, Demófilo e Liberto¹⁹, ou o de José da Silva Gordinho que deu o nome de Nova Acrata a uma filha nascida ainda em tempo da sua deportação²⁰.

Mais difícil é aceitar que a Maria Viegas que vai sendo admitida como podendo ser a mãe de Jaurés Américo Viegas, uma *oradora e anarquista de grandes convicções*, mesmo salvaguardando todos os procedimentos intencionais que vão moldando a interacção dos indivíduos, tanto como a espessura do tempo e as mutuações políticas que carrega, tendo em conta toda essa dinâmica, é difícil aceitar, repete-se, que aquela Maria Viegas seja a mesma pessoa que haveria de se expressar nos termos de uma *célebre* carta que remeteu a Teófilo Duarte, em 1929, publicada num conceituado diário lisboeta. Assim como ter sido ela a autora do requerimento através do qual se dirigiu ao Ministro das Colónias, no ano de 1946, em abono do desejo manifesto de um seu neto, José dos Santos Viegas, filho de Jaurés, que, no pós-guerra, pretendia voltar para Timor, para levar vida junto do pai. De um e outro procedimento, estes apontamentos darão conta quando lhe parecer mais a propósito.

Permita-se um parêntesis no correr da narrativa para fazer notar, sucintamente, que a figura mais consistentemente ligada a Setúbal, de entre os deportados recambiados para Timor em 1927, era a de João Maria Major. Radicado em Setúbal depois de uma passagem por Lisboa, este aguedense, tinha o ofício de padeiro, mas firmou a sua acção mais reconhecida como anarco-sindicalista e como *redactor-principal* do jornal *A Voz Sindical, órgão da União dos Sindicatos*

¹⁷ http://www.irn.mj.pt/sections/irn/a_registral/registos-centrais/docs-da-nacionalidade/vocabulos-admitidos-e/.

¹⁸ <http://pt.euronews.com/2014/07/31/jean-jaures-o-pacifista-que-quis-convocar-uma-greve-geral-para-evitar-grande>.

¹⁹ CARDOSO 2007: 46.

²⁰ POLICARPO 2003: 103.

*Operários de Setúbal*²¹. A sua prisão, em Junho de 1925, provocaria uma tumultuosa greve geral de protesto na cidade²². Deportado para Timor na mesma leva de Jaurés, João Maria Major foi dos primeiros desse grupos a requerer, logo em Outubro de 1927, cerca de um mês depois de ali ter aportado, o aforamento de um terreno, na cidade de Díli, confinante com as ruas Belarmino Lobo e Jacinto Cândido e a avenida Bispo Medeiros²³. Um aforamento de que lhe viria a ser concedida formalização em Setembro de 1928²⁴, para, logo em Dezembro seguinte, ser ele autorizado a vender a dita concessão, a Damião de Sousa Babo²⁵, um penafidense há muito radicado em Timor²⁶. Este João Maria Major, garante-se, viria a montar um *forno de pão* com os irmãos Castanheira²⁷, Albertino Abrantes Castanheira e José Abrantes Castanheira, também deportados e ambos igualmente chegados no mesmo navio. Major embarcaria para Lisboa meia dúzia de anos volvidos, podendo isso ter acontecido em resultado de um *rigoroso inquérito* mandado instaurar à actividade dos *deportados políticos e sociais, que vários documentos apreendidos provam estarem entregando-se a uma obra profundamente anti-nacionalista*²⁸. Foi numa ocasião em que, relativamente a alguns dos presumíveis implicados, as autoridades parece terem entendido que era preferível fazê-los retornar à metrópole, como pode ter sido o caso de Major, enquanto outros seriam desterrados para a ilha de Ataúro²⁹. *Regressou em 20-12-1933*, garante uma anotação manual numa relação com origem numa repartição pública de Timor³⁰.

Voltando a crónica a Jaurés e ao seu tempo de vida lisboeta, admita-se que tal período correspondeu, grosso modo, ao tempo de estertor da designada *Primeira República* portuguesa. Foi uma época moldada por episódios de forte turbulência social, sobretudo percebidos e debatidos na arena de discussão preferencial que a imprensa então constituía. E em que a visibilidade conferida ao decorrer dos acontecimentos conflituais, surgia ao sabor dos escritos inflamados que veiculavam os interesses representados por cada um dos órgãos de imprensa em circulação.

Uma tal imprensa constitui, assim, uma fonte decisiva para se encontrar a participação de Jaurés na trama desse tempo. Uma participação que, admitindo o seu registado ofício de *carpinteiro*, talvez possa testemunhar um previsível envolvimento dele nas querelas de afirmação política no comumente aceite como sendo o campo dos *trabalhadores*, entre socialistas, anarquistas, anarco-sindicalistas e comunistas. Uma participação porventura moldada pelas seguintes dimensões: um provável envolvimento nas acções de uma emergente *legião vermelha*;

²¹ FREIRE e LOUSADA 2013: 42.

²² *A Capital*, 10-06-1925: 2; *A Capital*, 11-06-1925: 2; *A Capital*, 12-06-1925: 2.

²³ *BOT* 44, 29-10-1927: 333.

²⁴ *BOT* 36, 8-09-1928: 237.

²⁵ *BOT* 50 Suplemento2, 21-12-1928: 6.

²⁶ *BOT* 43, 1918: 369.

²⁷ RODRIGUES 1982: 281.

²⁸ *BOT* 50, 16-12-1933: 266.

²⁹ CARDOSO 2007: 43.

³⁰ PT/AHU/1560/1C/MU/ DGFC/1940-1942.

uma admitida cumplicidade num atentado contra o chefe da polícia de Lisboa, um militar, de nome Ferreira do Amaral; e a deportação para Timor. Ora, o certo é que, apenas quanto à dita deportação, a história consegue certificar a efectiva presença de Jaurés Américo Viegas.

O atentado contra Ferreira do Amaral aconteceu numa rua de Lisboa, na noite de 15 de Maio de 1925³¹. De imediato se seguiu um cortejo de buscas e de prisões, assim como notícias reiteradas, mormente na nutrida imprensa da capital, de que o acto fora planeado e executado por membros da *legião vermelha*. No turbilhão desse rol de notícias, o envolvimento de Jaurés, como adiante se anotar, parece ter chegado a ser fortemente admitido.

Acontece que, na precisa data do atentado, assim como, depois, em datas próximas, apareceram notícias, de teor um tanto intrigante, mas que constituem indícios de que Jaurés poderia, então, estar enclausurado. Essa possibilidade começa por ser transmitida mediante uma pequena missiva, inserta da secção *A Voz dos Presos*, de uma coluna, intitulada *A Voz da Cadeia*, publicada no diário *A Batalha*, o matutino que se afirmava como *porta- da organização operária portuguesa*. O teor da missiva é o seguinte: *Jaurés Américo Viegas – Manda-nos a nota da madeira e o «croquis» que nos fazem falta*³². Uma semana transcorrida, nova missiva, no mesmo local de publicação: *Jaurés A. Viegas – Manda-nos por alguém o «croquis», a nota dos artigos para a estante e os livros. Tudo nos está a fazer muita falta*³³. Ora, observando o articulado das ditas missivas, por um lado, pode admitir-se que Jaurés fosse, no interior da cadeia, quer o seu emissor, quer o seu destinatário. Mas, por outro lado, não é possível afastar o contrário, ou seja, que ele estivesse em liberdade, tratando de enviar aquelas notas para o interior da cadeia, ou que, no seu interior, alguém lhe estivesse a dar conta de que lhas enviara. E quanto ao conteúdo dos escritos, tendo em conta o contexto social onde se verifica a sua circulação, pode perfeitamente tratar-se de mensagens em código; mas no caso de ser real, não deixa de ser um indício relacionado com as difundidas aptidões de Jaurés, como *carpinteiro*.

Porém, contrariando a admissão de que Jaurés estivesse detido nas imediações temporais do atentado contra Ferreira do Amaral, atenda-se nas considerações expressas de que, poucos dias transcorridos, a polícia já sabia *quem foram todos os autores directos do atentado*. E, no seu afã para os aprisionar, eram *activamente procurados (...), além de António Joaquim Pereira [o Avante], o «Bela Kuhn»; Paulo Silva e Domingos Pinheiro da Silva, os conhecidos agitadores; José Godinho, que esteve preso quando do assalto ao Castelo de S. Jorge, e um tal Viegas*³⁴, ou, segundo outro periódico, *um indivíduo de apelido Viegas*³⁵. É certo que não é perfeitamente seguro que o *tal Viegas* que a política procurava fosse Jaurés. Claro que poderia tratar-se, por exemplo, de José

³¹ Sobre a relação deste acontecimento com as deportações para Timor que se seguiram, vd. CABRITA 2016: 61-66.

³² *A Batalha*, 15-05-1925: 2.

³³ *A Batalha*, 23-05-1925: 4.

³⁴ *O Século*, 18-05-1925: 5.

³⁵ *A Capital*, 18-05-1925: 2.

Viegas, um homem que, uns tempos anos, fora indiciado como co-autor do *assassinato do visconde da Ribeira Brava*, por ocasião dos acontecimentos designados por *Leva da Morte*³⁶ que, em Lisboa, tinha vitimado outros presos políticos anti sidonistas, e do qual se noticiou que, por via disso, chegara a julgamento, no *tribunal da Boa-Hora*³⁷. Contudo, prudente é admitir que, a inclinação da trama presente e a composição das personagens que a teciam³⁸, parecem fazer apontar para Jaurés, a figura do *tal Viegas* que a polícia procurava por o julgar envolvido no atentado contra o chefe da polícia de Lisboa.

O emaranhado de notícias envolvendo o nome Jaurés, indiciam que, na madrugada de 21 de Maio de 1925, tivera lugar uma remoção *dos calabouços do Governo Civil para a esquadra do Caminho Novo*, de *sete dos mais temidos bombistas presos ultimamente por suspeita de implicados nos recentes atentados*. E que, de entre esses presos, para além de José Gomes Pereira, o «Avante», e Raúl Honório, os dois, mais tarde, deportados para Timor, figurava igualmente um homem anotado como *António Jaurés*³⁹.

Ao tempo, os aprisionamentos eram prática tão comezinha que os seus períodos de duração eram, certas vezes, muito reduzidos. Seja por via de amnistias surgidas à medida das alterações governamentais da época, ou seja por via de evasões a que se não prestaria muita importância, ou seja, ainda, porque nem sempre a notícia de imprensa de uma detenção corresponde depois à da respectiva soltura, a verdade é que, em tal contexto, há biografias prisionais muito difíceis de alinhar.

Ora, do que é possível apurar, nos primeiros dias de Junho desse ano de 1925, Jaurés encontrar-se-ia em liberdade. É que os jornais associam-no a um sórdido caso que teve palco numa *casa de hóspedes* de Lisboa. Houve mesmo suspeita de crime. Rita Júlia Moreno, de 40 anos, dona de uma casa que tinha *vários quartos alugados* na Rua do Arco da Graça, estaria *para casar com Jaurés Américo Viegas*, a qual *recebia também em sua casa, fazendo com ele vida marital*. Na manhã do dia 6 de Junho, *Rita apareceu morta na cama e como apresentasse em redor do pescoço alguns vergões entrou a correr a versão de que ela fora estrangulada, havendo também opiniões de que se tratava de morte natural provocada por uma congestão*. Para o jornal que está a ser tomado como fonte, as suspeitas de crime deram em avolumar-se *devido ao facto do Jaurés ter passado a noite em casa da amante e ter desaparecido dali mal rompeu o dia*. E acrescenta-se: *Jaurés é um temido legionário vermelho que tem estado preso por várias vezes como bombista e que*

³⁶ A *Capital*, 16-09-1921: 1.

³⁷ A *Capital*, 20-02-1922: 2.

³⁸ Quase todos os indivíduos constantes na notícia em causa, acabariam por ser deportados para Timor na mesma leva de que Jaurés fez parte.

³⁹ A *Capital*, 21-05-1925: 2. Raúl Honório dava também pelo nome de *Cândido Martins*, cfr. PT/AHU/1560/1C/MU/ DGFC/1940-1942, o que ilustra bem uma das formas de dissimulação usada pelos envolvidos nos caminhos do presente escrito. Refira-se que este Raúl Honório, em 1937, foi *padrinho* [a escrituração formal é *testemunha*] do baptismo de Mário, o segundo rapaz a nascer, de Manuel Viegas Carrascalão, igualmente deportado, cfr. Conservatória do Registo Civil de Almada, Livro de Transcrições, Assento Nº 9, 1946: 7-8.

*ultimamente devia seguir com outros companheiros para a Guiné a bordo do «Carvalho Araújo» não tendo porém embarcado por se ter posto em tão bom recato que a polícia não conseguiu ainda descobrir-lhe o paradeiro*⁴⁰.

Efectivamente, tal como o dito jornal publicara na mesma edição em que noticiara o caso da morte de Rita Moreno, o nome de Jaurés não integrava a lista de vinte e nove deportados que, na madrugada de 29 de Maio passado⁴¹, haviam seguido a bordo do navio Carvalho Araújo, rumo à Guiné e a Cabo Verde. E também não figurava no rol daqueles que não seguiram viagem por força de terem sido *soltos a seguir à conclusão das investigações a que se procedeu acerca das suas supostas responsabilidades*, inserta no mesmo periódico⁴². Em complemento, tomando agora fonte historicamente mais segura, pode atestar-se que o nome Jaurés Américo Viegas não constava na listagem oficial elaborada, na ocasião, pelo respectivo comandante do *cruzador Carvalho Araújo*⁴³.

Porém, ainda pela imprensa, soube-se que, no meado de Junho, o famoso «legionário» *Jaurés Américo Viegas foi hoje capturado em pleno pátio do Governo Civil. Foram-lhe apreendidos vários documentos de importância e algumas listas de uma subscrição para «As vítimas da Sociedade» como diziam os papéis*. No mesmo dia, também se ficou a conhecer que chegara a Bolama, na Guiné, o navio *Carvalho Araújo*, ali, *desembarcando os 26 legionários que levava a bordo*⁴⁴, entre os quais não se contava, evidentemente, Jaurés Américo Viegas.



⁴⁰ A *Capital*, 6-06-1925: 1.

⁴¹ A *Capital*, 29-05-1925: 2.

⁴² A *Capital*, 6-06-1925: 2.

⁴³ AHMarinha, Justiça: Presos, s/d – 1911-1949, Caixa 1385-2.

⁴⁴ A *Capital*, 18-06-1925: 2. A notícia desta detenção, corresponde a um registo dando conta de que Jaurés Américo Viegas se encontra detido, desde 17 de Junho de 1925, na *esquadra do Rato*, em Lisboa (RODRIGUES 1981: 16).

Pode ter sido deste tempo a foto de Jaurés Américo Viegas que é possível conferir num precioso álbum guardado na Torre do Tombo, em Lisboa⁴⁵. Infelizmente, nem a entidade que entendeu organizar os assentos, nem a data de tal decisão, são perfeitamente claras no tratamento arquivístico do documento em causa. Deduz-se, tão só, que se trata de registos anteriores aos que, no acervo da Torre do Tombo, compõem o da designada PIDE-DGS. E também se pode admitir, pela dedução de outros casos em que foi possível isso certificar, que as fotos terão sido feitas entre os últimos anos da década de 1910 e os meados década de 1920.

Poucos dias depois daquela captura, no meado de Junho de 1925, uma diligência levada a cabo pelo *chefe Francisco Xavier, funcionário zeloso*⁴⁶, figura assídua nas páginas dos jornais da época, e que havia sido arvorado em principal investigador policial do recente atentado contra o comandante das forças de segurança pública de Lisboa, pareceu afastar Jaurés da cena de tal acontecimento violento. Percebe-se isso pela notícia de que, apresentado a interrogatório pela *Polícia de Segurança do Estado*, o preso Jaurés Américo Viegas, afinal, figurava no *processo como testemunha de acusação, pois que sabendo do que se tramava não colaborou no entanto nesse atentado. Embora filiado na «Legião Vermelha», Jaurés dedicava-se ultimamente mais à extorsão de dinheiro a várias pessoas do que à prática dos chamados crimes sociais*⁴⁷.

Como se nota, as parcas fontes de que se dispõe, não facilitam a fixação de uma segura biografia prisional de Jaurés. Não se encontrou dele, pelo menos por ora, como aconteceu relativamente a outros presos que, nesse tempo, tiveram Timor por destino de degrado, qualquer registo policial que tal elucidasse. Quanto à imprensa da época, a um tempo, como é o caso, por exemplo, de um *diário da noite*, lisboeta⁴⁸, tanto clamava que era imperioso *limpar a cidade* de indivíduos que atormentavam o seu sossego e a sua segurança, que espalhavam a confusão e o terror; e por tais motivos, se justificava plenamente a prisão e a subsequente deportação de uma quantidade apreciável desses elementos indesejáveis⁴⁹, bem como a preparação, para breve, de novos contingentes no mesmo sentido⁵⁰. A um outro passo, porém, poucos meses volvidos, o mesmo jornal haveria de fazer coro com um *manifesto assinado por alguns escritores e jornalista portugueses, protestando contra a pena de deportação imposta, sem julgamento, aos indivíduos enviados para a Guiné como autores ou cúmplices dos atentados atribuídos à «Legião Vermelha»./ «A Capital» nunca apoiou, nem jamais, apoiará o arbítrio imposto como lei de vida ou de morte. As ideias expostas no manifesto são justas. É inadmissível que se condene sem julgamento regular.*

⁴⁵ Ca-PT-TT-PIDE-Policias-Anteriores-1-NT-8902, Nº 77, Cadastrado 7238.

⁴⁶ *A Capital*, 18-06-1925: 2.

⁴⁷ *A Capital*, 23-06-1925: 2.

⁴⁸ O jornal em causa, *A Capital*, é aqui usado como exemplo porque, na teia da imprensa politicamente alinhada da época, é comumente aceite como *fundamentalmente informativo e não doutrinário*. Declaradamente republicano, o jornal resistiu pouco à ditadura imposta a partir de 28 de Maio de 1926. Em 24 de Junho de 1926 informou, com grande destaque, que fora “visado pela censura”. Viria a ser suspenso em 27 de Agosto de 1926, uma sexta-feira, quando ia no número 5.309. Passou a publicar-se apenas para conservar a propriedade do título. Cfr., p. e., <http://www.arqnet.pt/amoremportugal/acapital.html>.

⁴⁹ *A Capital*, 15-06-1925: 2; *A Capital*, 18-06-1925: 1; 23-06-1925: 2.

⁵⁰ *A Capital*, 9-06-1925: 2.

*Temo-lo escrito inúmeras vezes. Se o manifesto nos tivesse sido apresentado não teríamos dúvida em juntar a nossa assinatura à dos cidadãos que o subscreveram*⁵¹.

Na mesma linha de contestação, ao procedimento das autoridades foi igualmente projectada, desta vez pelas *classes operárias*, uma manifestação junto do Parlamento cuja intenção era o de reclamar o *imediato regresso à Metrópole dos indivíduos presos e deportados sem julgamento*. Por ter sido proibido no local para onde estava previsto, e devidamente reprimido por forças policiais, o protesto veio a transferir-se para as imediações da *Confederação Geral do Trabalho*⁵².

E no mesmo plano oposicionista da acção das autoridades, uns meses mais tarde, pelo menos mais uma das forças partidárias presentes na arena política desses tempos, o *Partido Socialista*, pela voz de Ramada Curto, parlamentar e advogado, enfileirava nas vozes que se manifestavam contrárias às práticas de deportação vigentes, designadamente quanto a casos de pendor tidos por *crimes políticos*. E clamava com esta contundência: *o Partido Socialista protesta contra todas as denegações do direito, contra as deportações, as incomunicabilidades e as prisões sem culpa formada, sejam quais forem os crimes de que os acusem*⁵³.

Volte-se aos meados de 1925, para se verificar que, quanto a Jaurés, embora não associado, como se cuidou de anotar, às tarefas de execução do atentado contra Ferreira do Amaral, cuja responsabilidade cimeira, aliás, haveria de ir sendo consignada a dois outros legionários também degredados para Timor – José Gomes Pereira, *o Avante*, logo a 26-05-1925⁵⁴ e Joaquim António Pereira, *o Bela Kun*⁵⁵ -, quanto a Jaurés, retome-se, talvez ele tivesse, entretanto, permanecido na prisão mercê das outras acusações que lhe terão sido cometidas.

Admite-se isso, uma vez que só na qualidade de detido se compreende que, lá para o final desse ano de 1925, ele e outros investigados que, igualmente, se encontravam enclausurados em *várias esquadras*, viessem, como aconteceu, a ser interrogados por um juiz do *tribunal da Boa-Hora*, ainda que sem qualquer divulgação a propósito das declarações que então prestaram, a não ser a de que constou que todos tinham *negado que houvessem tomado parte no atentado*. Para além de Jaurés, a imprensa noticia que haviam estado na mesma condição os seus futuros companheiros de degredo: Luís José de Abreu, Joaquim Clemente, Augusto Vítor da Cunha, José Pedro Franco, Jacinto Estrela, Vanzelino dos Santos Costa, Adolfo Joaquim de Sousa, José Filipe e Francisco da Silva Gomes⁵⁶.

⁵¹ *A Capital*, 10-11-1925: 2.

⁵² *A Capital*, 21-12-1925: 1-2.

⁵³ *A Capital*, 8-02-1926: 2.

⁵⁴ *A Capital*, 26-05-1925: 2; *A Capital*, 2-06-1925: 1-2.

⁵⁵ *A Capital*, 27-05-1925: 2.

⁵⁶ *A Capital*, 30-11-1925: 2.

Não se apurou qual terá sido, afinal, o andamento do processo que corria no *tribunal da Boa-Hora*. Saber-se-ia, já em Timor, que Jaurés fora entregue à *Polícia de Segurança do Estado*, quase a terminar o ano de 1925. Essa informação, já com data de Julho de 1940, está impressa num documento com origem no *Gabinete do Governador* de Timor, e informa sobre uma *Relação dos deportados sociais residentes nesta colónia*, dela constando, *Jaurés Américo Viegas – Carpinteiro (...)/ - 27-12-925: Entrou na Cadeia à ordem da Polícia de Segurança do Estado, sendo entregue para Timor em 13-4-1927./ - Por determinação Ministerial desembarcou na Colónia, de bordo do Transporte de Guerra Pero de Alenquer, vindo de Lisboa (PT/AHU/1560 /1C/MU/DGFC/’/1940-1942).*

Jaurés fez, pois, parte da primeira grande leva de deportados para Timor. Embarcado no navio *Gil Eanes*, um velho cargueiro adaptado a transporte de pessoas, que, ancorado no estuário do Tejo, ali o esperou e aos demais presos, na madrugada de 13 de Abril de 1927, o contingente foi sendo engrossado à medida que o navio tocava portos de Cabo Verde e da Guiné. Quando chegou a Lourenço Marques, as condições de navegabilidade do *Gil Eanes* acrescidas das novas imposições de carga, levaram o comandante que zarpara de Lisboa a manifestar o seu desacordo e a sua indisponibilidade para continuar ao leme do navio. As autoridades cuidaram então da sua substituição e, ao fim de cinco longos e penosos meses, a rota do navio tocou a baía de Díli com 87 *deportados vermelhos* no seu bojo, apenas para cuidar de curtas formalidades e aí desembarcar *quatro legionários doentes, sendo três tuberculosos e um parálítico*⁵⁷.

Depois, a viagem cumprir-se-ia no mar, para o poente de Díli, frente à localidade de Aipelo, onde estavam edificadas umas instalações prisionais nas quais se havia planeado poderem constituir lugar de encarceramento dos homens que na *ilha verde e vermelha de Timor*, iriam cumprir o seu degredo. Jaurés Américo Viegas era um desses homens. Mas os presos não se deverão ter demorado por muito tempo nas masmorras de Aipelo. Na colónia, o governador em exercício, Teófilo Duarte, engendrara outro plano de *acolhimento*, a contar com as competências e com as disponibilidades da gente que agora chegava à terra sob o seu comando⁵⁸. Era uma possibilidade de fazer vida com aligeiramento da reclusão prevista e, como pode ilustrar o que o futuro haveria de vir a mostrar, Jaurés Américo Viegas foi dos que bem terá encarado a *ousadia* política de Teófilo Duarte que ia insistindo em contradizer a ideia de que Timor fosse uma *Ante-câmara do Inferno*⁵⁹.

Terminado o seu consulado na terra que *o sol logo em nascendo vê primeiro*, Teófilo Duarte sintetizaria as linhas de acção que tinha conduzido ao leme da colónia, numa entrevista

⁵⁷ MORNA 1931: 45-49.

⁵⁸ Sobre os contornos da viagem do Gil Eanes, e sobre os da fixação dos deportados no seu destino imediato, vd. CABRITA 2016: 113-118.

⁵⁹ Sobre esta perspectiva, vd. DUARTE 1930.

que, após o seu regresso, concedeu ao *Diário de Lisboa*. Nessa entrevista, a par do enunciado dos seus princípios de *ocupação e colonização branca de Timor* e, no que concerne aos deportados que lá haviam chegado no seu tempo de governo, *havia duas soluções ao adoptar quanto ao tratamento a dispensar-lhes. (...) A primeira era tê-los num presídio; esta além de severa, embora merecida, era anti-económica, por ter de gastar com eles 400 contos por ano, em comida. (...) A outra... - Era dar-lhes liberdade para trabalharem no que quisessem, fornecendo-lhes ferramentas e materiais, beneficiando-os a eles e à colónia, onde só havia 2 serralheiros e poucos carpinteiros. Optei por esta última (...)*⁶⁰.

Mais tarde, Teófilo Duarte haveria de desenvolver as suas ideias sobre o assunto num escrito que fez editar em livro. Um escrito onde não deixa de inserir algumas considerações alheias a enaltecer a sua acção em Timor, entre as quais, uma carta provinda da mãe de um dos deportados que as puderam usufruir. Ora, a autora da dita carta, fora uma Maria Viegas, que, a dado passo, escreveu: *Oxalá que a obra do Sr. Teófilo Duarte no referente aos deportados seja seguida pelo seu sucessor, fornecendo-lhes créditos por um futuro de colonização... Oxalá que seja seguido o exemplo do Sr. Teófilo Duarte que minorou muitas lágrimas e sofrimentos físicos e morais*⁶¹. O referido jornal, aliás, fizera, em tempo, referência à carta em questão, rematando notícia com a revelação de que a autora da missiva deixara *um apelo para que, pelo Ministro das Colónias, lhe seja dada uma passagem como colona, para se ir juntar a seu filho que, segundo diz a carta, «está ilibado de culpas»*⁶². Parece que nunca houve notícia de tal apelo ter sido atendido pelo ministro a quem fora endereçado.

Pouco se conseguiu saber sobre os primeiros anos de Jaurés, em Timor. Só de Abril de 1935, está datado o primeiro sinal que, ali, se lhe notou: encontrava-se com residência fixa em Díli, recebendo então um subsídio mensal de *cinquenta patacas*, correspondente à qualificação de *deportado social* que lhe tinha sido consignada⁶³.

No mesmo ano, subscreveu ele, com outros deportados, um agradecimento publicado na folha oficial da colónia, por ocasião do falecimento de Mário dos Santos Fontainhas, outro companheiro de degredo⁶⁴, também da leva do *Pero de Alenquer*.

Depois, como foi já referido, no quadro de um balanço sobre situações de deportação na colónia, com data de Julho de 1940, um documento com origem no *Gabinete do Governador de Timor*, informa sobre uma *Relação dos deportados sociais residentes nesta colónia*, dela constando, *Jaurés Américo Viegas – Carpinteiro (...)/ - 27-12-925: Entrou na Cadeia à ordem da Polícia de*

⁶⁰ *Diário de Lisboa*, 27-02-1929: 4.

⁶¹ DUARTE 1944: 141.

⁶² *Diário de Lisboa*, 9-03-1929: 4.

⁶³ PT-AHU-2780-SEMU-MU-GM-Mç-1910-1935.

⁶⁴ BOT 31, 5-08-1935: 244.

*Segurança do Estado, sendo entregue para Timor em 13-4-1927./ - Por determinação Ministerial desembarcou na Colónia, de bordo do Transporte de Guerra Pero de Alenquer, vindo de Lisboa*⁶⁵.

Entretanto, em tempo de mais uma guerra mundial, Timor ver-se-ia assolado por invasões estrangeiras. Uma dessas invasões foi, como se reconhece, mais demorada e mais brutal. Perpetrada por tropas japonesas, que ocupariam o território desde Fevereiro de 1942 até aos começos de Setembro de 1945, o conflito, para além do mais, dividiu a sociedade timorense em múltiplas decisões de procedimento pessoal. Neste particular, ao autor destas linhas pareceu-lhe perceber três vias: a daqueles que se colocaram a par dos invasores e se tornaram seus colaboracionistas; a dos que se colocaram ao lado das forças aliadas de resistência, muitos deles tendo que se refugiar na Austrália; e a daqueles que se quedaram a par do governador da colónia no cumprimento de uma neutralidade proclamada por Portugal face ao conflito, deixando-se ficar mais próximo, nas instalações de Lahane, ou tratando de se acolherem nos *campos* de Liquiçá ou Maubara, em espaços de quase clausura impostos pelos japoneses, alegadamente para melhor se puder garantir a segurança dos cidadãos portugueses que permaneciam na colónia ocupada⁶⁶.

A opção de Jaurés parece ter sido a de enfileirar decididamente neste último grupo. Nesse sentido, Jaurés tinha sido um dos que, precisamente, resolvera acolher-se ao *negro campo de concentração de Liquiçá*⁶⁷. E os demais registos que, desses tempos, deixam perceber a sua figura são precisamente reflexos dessa opção. Chegou a integrar, em Agosto de 1942, por ocasião de uma situação de *revolta na circunscrição da Fronteira*, uma coluna de voluntários, a qual, autorizada pelo governador e sob o comando de um sargento, de nome António Joaquim Vicente, partiu de Lahane, nas imediações sul de Díli, com uma composição de que, entre outros, faziam também parte, para além de Jaurés, os deportados Hermenegildo Granadeiro, António Santos Faísca e Raúl Honório⁶⁸. E na mesma linha de acção, em *princípio de Janeiro* de 1943, quando houve notícia de que uma *patrulha australiana* se preparava para se aproximar de Liquiçá como o intuito de atacar a *pequena força japonesa que ali se encontrava*, as autoridades portuguesas, temendo-se represálias futuras por parte dos ocupantes nipónicas, se resolveu mandar uma pequena delegação para tentar demover os australianas de tal intendo, constituída por um pequeníssimo grupo que integrou o *primeiro cabo Agapito dos Anjos e o deportado Jaurés Viegas*; depois, no último do mesmo mês, o mesmo Jaurés viria a fazer parte de uma outra coluna militarizada, desta vez, montada com objectivo de resgatar uma família timorense que, nas proximidades de Liquiçá, fora capturada por um grupo de indígenas, acção em que, entre outros indivíduos, ele teve por

⁶⁵ PT/AHU/1560 /1C/MU/DGFC"/1940-1942.

⁶⁶ CABRITA 2016: 86-93.

⁶⁷ BRITO 1977: 11.

⁶⁸ CARDOSO 2007: 239; CARVALHO 1972: 46; CARVALHO 2003: 749. Esclareça-se que o deportado ali nomeado por António dos Santos Faísca, não é outro senão o lisboeta António Augusto dos Santos, ou António da Costa Santos, ou o *Faísca*, nomes pelos quais era referido e que ele usava, muito provavelmente, para dissimular a sua existência mormente junto das autoridades policiais. Trata-se de uma prática muito comum de entre os conhecidos deportados para Timor.

companheiros, uma vez mais, outros deportados, tais como Serafim Martins, João Pinto ou Manuel Carrascalão⁶⁹.

Muitos anos mais tarde, na primeira metade da década de 1960, um jovem militar português que, para Timor fora enviado para cumprir serviço militar obrigatório e que, nessa ocasião, muito privou com Jaurés Américo Viegas e dele ouviu um sem número de narrativas, que muito o interessaram e o foram deixando ficar enlevado. Recentemente, José Casinha Nova, o tal parceiro de conversas encantadas com Jaurés, decidiu plasmar em livro essas impressões, a ponto de lhe dedicar uma parte apreciável das memórias que editou⁷⁰. Em Timor, no tempo de que resultou esse escrito, a Casinha Nova pareceu-lhe perceber que, do *Senhor Jaurés*, *havia quem não gostasse dele, uns porque ficaram com a impressão de que ele fora a favor dos Japoneses, durante a II Guerra Mundial, outros porque achavam que ele fora favorável aos Australianos. Afinal, ele limitara-se a ser o melhor dos Portugueses então em Timor*⁷¹.

Quase no fim da guerra, não obstante os relatos de violência e de desestruturação da vida política e administrativa da colónia, foi possível encontrar alguns sinais de regularização da administração portuguesa. Um desses sinais consiste num livro, intitulado por *Registo de Títulos complementares*, no qual se pode confirmar, não apenas a relação dos funcionários em exercício público, como, igualmente, algumas das verbas que lhes eram devidas mercê desse exercício. Havia alguns deportados nessa relação, como *assalariados*. E relativamente ao terceiro trimestre de 1945, um deles, nos quadros da *Câmara Municipal de Díli*, era Jaurés Américo Viegas⁷².

Seria desse tempo de guerra que Casinha Nova haveria de escutar um dos episódios marcantes da posição de Jaurés: colónia, *enquanto os Japoneses andavam na sua brutal refrega com os Australianos, o Jaures, rastejando, foi até ao aeroporto de Díli controlado pelos japoneses e, incrivelmente, roubou de lá um velho aparelho de rádio, reparou-o e conseguiu entrar em contacto directo com o próprio Doutor Salazar./ Poderá parecer muito estranho a quem leia, mas eu li, com estes meus olhos, a referência a este feito no extensíssimo louvor que Salazar lhe concedeu, onde, agradecido, referia outros actos de bravura e imaginação de Jaurez*⁷³.

Terminada a guerra, como acontecera durante todo o período de conflito, Jaurés Américo Viegas estava presente na colónia, assim o atesta devidamente uma listagem divulgada pelo governador de então⁷⁴. E do ponto de vista de uma apreciação comportamental, considerada na generalidade, o governador Ferreira de Carvalho tinha-o em subida honra, chegando a testemunhar que Jaurés era tido por ser um *rapaz desembaraçado, inteligente e com certo*

⁶⁹ CARVALHO 2003: 480-481.

⁷⁰ NOVA 2014: 69-130.

⁷¹ NOVA 2014: 70.

⁷² PT-AHU-1560-1C-UM-DGFC-1940-1942.

⁷³ NOVA 2014: 79.

⁷⁴ CARVALHO 2003: 765-769.

*prestígio entre os deportados*⁷⁵. Em abono mais preciso dessa consideração, o deportado Jaurés Américo Viegas haveria de ser, de entre os trinta e cinco europeus e *assimilados* merecedores de tal honraria, um dos seis deportados louvados pelo dito governador, *pelas contínuas provas que deu, durante todo o período de ocupação da Colónia, de um grande desembaraço, elevado espírito de sacrifício e desprezo elo perigo, estando sempre pronto para todas as missões de que foi encarregado e sendo em todas as emergências um óptimo e leal auxiliar do governo da colónia*⁷⁶.

Como conformação de tais distinções, narra o governador um episódio curioso, que talvez possa ser considerado revelador do empenho e do patriotismo, quer de Jaurés Viegas, quer de José Serafim Martins, outro deportado, igualmente louvado, quer ainda de um outro, cujo nome, o governador Ferreira de Carvalho não conseguiu recordar-se. Foi quando, por volta de Julho de 1942, decidida a evacuação da cidade de Díli para fazer face às acções violentas dos ocupantes nipónicos, *terminada a recolha da parte dos arquivos e do material que ainda estavam nas repartições em Díli*, apareceram na residência do governador, em Lahane, aqueles três deportados para lhe fazerem a entrega de *uma porção de quadros*, dizendo: *Sr. governador, isto não pode ficar lá em baixo. Demos uma volta pelas repartições, algumas ocupadas pelos japoneses, e trouxemos todos os que lá encontrámos*. Tratava-se de uns retratos emoldurados: um do Presidente da República, um outro do Presidente do Conselho, e ainda mais dois do governador Celestino da Silva. E eles os entregavam, *para que fossem postos a bom recato e não ficassem abandonados! Esses homens, deportados em Timor pelas suas ideias políticas, acabavam de dar a muitos portugueses uma lição de civismo e até de patriotismo que bem merecia que se lhes agradecesse, como fiz, e se lhes desculpasse a rudeza da forma de se exprimirem*⁷⁷. Assim escreveu o governador Ferreira de Carvalho no seu relatório, e o teor do que escreveu constitui, igualmente, a perfeita reparação de uma injustiça alimentada durante anos, e ainda hoje não completamente desfeita: aqueles homens, Jaurés Viegas e José Serafim Martins, o primeiro deportado na leva do *Pêro de Alenquer*, da leva da *Legião Vermelha*, o segundo na leva do *Gil Eanes*, afinal, haviam sido deportados para Timor, não por outro qualquer motivo mais ponderoso, senão em razão das *suas ideias políticas*.

Mas, para além da agraciações que a história pode asseverar, de uma outra, quase efabulada, dá conta a já aludida memória registada por Casinha Nova. Finda a guerra e retiradas as forças nipónicas, o governo da colónia decidiu empreender uma vasta operação de reocupação do território. Era preciso fazer deslocar para quase todos os lugares de administração, homens e recursos materiais que simbolizassem uma vontade de tal tamanho. Com a destruição patente em Timor, foi Jaurés quem *conseguiu pôr a ronronar o motor de um velho camião japonês por lá*

⁷⁵ CARVALHO 2003: 400.

⁷⁶ CARVALHO 2003: 745.

⁷⁷ CARVALHO 2003: 316.

abandonado, como o qual, ei-lo que lá vai (...) de suco em suco, para colocar, na administração, todos os velhos Portugueses que por lá ainda havia (...). E prossegue o seu enlevado interlocutor: *Este foi, apenas, mais um dos brilhantes feitos heróicos de Jaurés que estes meus olhos viram no enorme, extensíssimo louvor que este ilustre setubalense trouxe um dia à minha Unidade para nos mostrar, assinado pelo punho do próprio Doutor Oliveira Salazar!*⁷⁸. Um louvor em cujo teor, aliás, se enaltecia, garante Casinha Nova, como já foi referido, um outro episódio que tivera o agraciado por protagonista: aquele em que ele, *rastejando, foi até ao aeroporto de Díli controlado pelos japoneses e, incrivelmente, roubou de lá um velho aparelho de rádio, reparou-o e conseguiu entrar em contacto directo com o próprio Doutor Salazar*⁷⁹.

Um tal *récit* aqui fica, como expressão da já referida partilha com que *contares* diferentes tratam os factos que desejam compaginar. Deve dizer-se, contudo, que, nas partes do extenso relatório em que Ferreira de Carvalho trata dessa sua derradeira acção em Timor, qual seja, a sua insistência denodada em cuidar da reocupação plena da colónia antes que lá acessem quaisquer outras forças, nacionais ou estrangeiras⁸⁰, nesse documento tão detalhado, não se encontra qualquer referência a uma participação exaltante de Jaurés naquelas jornadas, tal como a conta Casinha Nova. Nem sequer se dá nota a qualquer missão que, nesse sentido, lhe tivesse sido confiada, como aconteceu, por exemplo, expressamente, com Manuel Viegas Carrascalão e com João Fernandes Pinto, deportados que haviam sido, como ele, não obstante o apreço que, a Jaurés, o governador entendera manifestar na significativa agraciação que lhe concedera. E ainda relacionado com o testemunho de Nova sobre o episódio do louvor concedido por Salazar a Jaurés, prova disso ainda não conseguiu ser desbravada nas muitas lavours rasgadas no designado *Arquivo Salazar*, tratado e mantido na *Torre do Tombo*, em Lisboa.

Sendo certo que, no final da guerra, como a todos os outros nas mesmas condições, a Jaurés Américo Viegas lhe foi levantada a *nota de deportado* por decisão ministerial de 22 de Outubro de 1945⁸¹, o seu nome não se confere em qualquer das listagens pelas quais é possível deduzir aqueles que puderam regressar a Portugal, e o fizeram no navio *Angola*, que largou de Díli a 8 de Dezembro de 1945 e aportou a Lisboa em 15 de Fevereiro do ano seguinte. Não se encontrou o nome dele, mormente nas relações que foram publicadas na imprensa da época⁸².

Provavelmente, como aconteceu a outros antigos deportados⁸³, Jaurés terá decidido quedar-se por Timor. E confirmando essa decisão, em Timor, há notícias dele em meados de 1949, por citação num auto de averiguações do comportamento quase tenebroso, sobretudo pelas

⁷⁸ NOVA 2014: 84-85.

⁷⁹ NOVA 2014: 79.

⁸⁰ CARVALHO 2003: 649-729.

⁸¹ PT-AHU-198-2G-UM-GM-MÇ-1945.

⁸² P. e.: *Diário de Notícias*, 16-02-1946: 4.

⁸³ É o caso, por exemplo, de Hilário Gonçalves, cfr. BOT 43, 24-10-1953: 763; José de Castro Júnior, cfr. BOT 41, 9-10-1948: 368; BOT 24, 17-06-1950: 193; e José Serafim Martins, cfr. BOT 2, 2-11-1946: 15; BOT 1, 6-01-1951: 1.

relações impostas a jovens timorenses por um chefe de posto, de nome João Pessoa e Costa. Foi um processo onde Jaurés é citado por não ter cuidado de liquidar atempadamente uma importância relativa a uma compra de arroz, bem como o de ter recebido um carro ligeiro pago por aquele Pessoa e Costa⁸⁴.

Ainda em Timor, também se lhe dá nota, no segundo trimestre de 1951, a propósito de uma concessão que lhe fora atribuída de um contingente de *trabalhadores indígenas*, recrutados em Ermera, para prestarem trabalho em Maubara⁸⁵. Para Jaurés, talvez não tenha sido uma fixação derradeira por aquelas bandas ao poente de Díli, já que, no ano seguinte, tem-se conhecimento de que, tal outorga de mão-de-obra, lhe havia sido cancelada *por falta de renovação em tempo oportuno*⁸⁶.

No entanto, por ali se voltaria a dar conta de Jaurés Viegas. Foi no ano de 1954, no mês de Março, declarando-se ele *solteiro, maior, natural de Setúbal (...) e residente em Maubara*, quando tratou de requerer o aforamento de um terreno, localizado na planície da ribeira de Lois, com *vinte hectares* de superfície, destinado a *culturas anuais*⁸⁷. E seria bem-sucedido na sua pretensão, uma vez que a concessão solicitada lhe viria a ser outorgada em Março de 1955, mediante o pagamento do *foro anual* de vinte patacas⁸⁸.

Com os traços de uma memória forjada cerca de uma década depois, Casinha Nova haveria de conhecer a *vastíssima propriedade* do seu amigo Jaurés, *numa extensa planície a umas boas dezenas de quilómetros a sul da vila de Ermera*, povoação à entrada da qual tinha ele a sua moradia. É muito provável que se tratasse do mesmo terreno de que o antigo deportado havia almejado aforamento. Na ocasião em que a visitou a convite do seu embevecido proprietário, que se fez transportar, mais os seus convidados, *no seu novo Land Rover*⁸⁹, pareceu a Nova tratar-se de uma *propriedade (...) tão vasta que nem sei calcular, com o mínimo de rigor, a quantidade de hectares que ela ocupava./ Levámos horas a percorrê-la: tinha plantação de coqueiros, de que se extraía a copra, de palmeiras dendén, de que extraía coconote e óleo de palma, uma extensa plantação de ananases, mas o seu maior orgulho era o extensíssimo bananal. Curioso, cafezeiros não encontrei lá nem um só, porque esses dão muitíssimo bem é mesmo na montanha!*

Uma propriedade, confessou então Jaurés, que *não lhe custara um tostão. Só trabalho, muito trabalho!* E que os timorenses só não eram igualmente proprietários por ser *gente sem ambição territorial*, preferindo privilegiar, garantiu ele, *o conceito de propriedade familiar*. Quanto

⁸⁴ BOT 28, 9-07-1949: 231-234.

⁸⁵ BOT 28, 14-07-1951: 538.

⁸⁶ BOT 41, 11-10-1952: 581.

⁸⁷ BOT 15, 10-04-1954: 165.

⁸⁸ BOT 12, 19-03-1955: 214. Ao tempo, para efeitos do orçamento da colónia para vigorar no ano de 1955, havia sido fixada a relação de uma pataca para 6\$25, cfr. BOT 1 Suplemento, 6-01-1955: 8.

⁸⁹ NOVA 2014: 89.

ao terreno perfeitamente plantado que tinham acabado de visitar, esse, era mesmo dele, estava *em seu nome*, como qualquer um poderia conseguir. Bastaria *ocupar um bom bocado de terreno durante três anos consecutivos, e registar essa propriedade em seu nome, na Conservatória do Registo Predial da sede desse concelho, desde que apresente testemunhas da sua ocupação e cultivo efectivos*⁹⁰.

Não foi possível, no âmbito desta pequena abordagem, conformar esta descrição de propriedade fundiária com o que, sobre a matéria, seria possível concretizar em Timor. Sabe-se que, no quadro das medidas excepcionais de fomento agrícola legisladas na colónia logo depois da guerra, seria possível a concessão de propriedade plena de uma certa porção de terreno, desde que observadas algumas das condições aludidas por Jaurés na conversação a que Casinha Nova se refere. Sabe-também que, no seu relatório respeitante ao biénio 1948-1949, o governador Óscar Ruas, informou que, embora não tivesse havido alterações significativas nesse campo da administração da colónia, havia já sido *feita prova de aproveitamento de duas das granjas cedidas aos colonos, estando assim na sua posse plena*. O autor destas linhas, num outro escrito aqui já considerado, admitiu que, um desses casos, pudesse estar relacionado com antigo deportado, Manuel Viegas Carrascalão, e a sua Fazenda Algarve⁹¹. Ora, na mesma linha de hipóteses, o outro caso de *posse plena* reportado por Ruas, poderia dizer respeito a dita plantação de Jaurés Américo Viegas.

Reconheça-se, entretanto, que bem poderiam ser outros, os dois *colonos* de quem o governante, infelizmente, pelo menos para os interesses da história, entendeu omitir a sua identificação naquele seu relatório. Atendendo apenas aos que haviam sido deportados, mas que, agora, em plena liberdade, tinha decidido fixar-se em Timor, anotem-se, para além de Jaurés e de Carrascalão, os casos de José de Castro Júnior, Manuel Pereira, Mário Lopes da Silva e Sebastião da Costa Alves. Todos acabariam por ter ali uma actividade relevante, seja do ponto de vista da economia local, seja quando ao seu protagonismo na construção social de Timor que vivenciaram. E todos, com excepção de Jaurés, decidiram fazer incluir a expressão da sua presença na rede da economia da colónia, mandando imprimir o seu nome, bem como a designação das empresas que tinham instituído, assim como, também, o rol das actividades a que se dedicavam, nas páginas de uma revista publicada em Lisboa, em edição quase toda votada a Timor⁹².

Não se conhece porque terá sido que Jaurés não fez inserir o seu nome na dita publicação. Poderia argumentar-se que por 1950, o ano em que a revista saiu às bancas, o aforamento da sua propriedade não tinha ainda acontecido. E, por isso, ainda ele não podia arvorar labuta a contento. Em contraponto, porém, é sabido que, desde 1949, a folha oficial da colónia dá conta do seu

⁹⁰ NOVA 2014: 93.

⁹¹ CABRITA 2016: 130-131.

⁹² *Defesa Nacional*, Nº 193-193, Junho de 1950: 1-57.

envolvimento em certos negócios comerciais; e que, logo no ano de 1951, há sinais da sua actividade de agricultor e da sua precisão de um contingente de *trabalhadores indígenas*, recrutados em Ermera, para prestarem trabalho em Maubara. E também é certo que, ainda que não tendo surgido nas páginas da revista citada, o nome de Jaurés Américo Viegas, pode bem ter lido nas páginas do *Anuário Comercial* que, ao tempo, constituía uma indispensável publicação em Portugal: na edição de 1948, em Ermera, no grupo dos *comerciantes*, com *estabelecimentos de venda a retalho*⁹³; nas de 1950 e 1951, em Bobonaro, com idêntica actividade⁹⁴; e na 1951, também com a mesma actividade, em Ermera⁹⁵. Mas é certo que o seu nome não consta do mesmo anuário, quando, por exemplo nos locais onde fora notado antes, passa a haver a indicação dos *lavradores e agricultores* ali presentes⁹⁶. Depois, só na edição respeitante ao biénio 1965-1966, Jaurés volta a aparecer, agora na lista de *lavradores e agricultores*, de Maubara⁹⁷; repetindo-se a sua presença, nas edições dos anos subsequentes⁹⁸, até acontecer o seu falecimento.

Por outro lado, ainda, um outro contributo já aqui admitido para se tentar uma reconstrução da figura de Jaurés Américo Viegas, garante que, quando o conheceu, entre os anos de 1945 e 1950, sulcou *os mares de Liquiça – a bordo da «corcora» de Jaurés Viegas*⁹⁹. Talvez a mesma embarcação que, noutro passo da mesma narrativa, o seu autor apelida de *lança “Liquiça”*¹⁰⁰. Ora, a posse de um meio de navegação de tal envergadura, não pode deixar de admitir a possibilidade de uma séria actividade económica, por parte do seu possuidor.

O tempo em que José Rebelo aportou a Timor, reconhece o próprio, foi muito marcado pela sua grande curiosidade em se inteirar e compreender como tinha a terra onde agora acedia, onde se notava já uma fase de empenhada recuperação da sua existência, conseguido resistir às agruras de uma ocupação tão brutal. Um tempo, reconhece Rebelo, em que *o nosso «contador» era quase sempre o setubalense Jaurés Viegas, que havia sido deportado para Timor, aos 17 anos de idade*¹⁰¹.

De muito do que contou o «contador», e de como decidiu contar, se fizeram as memórias expressas por José Rebelo e Casinha Nova, aqui levadas na devida conta. Este bosquejo histórico sente algum alívio por ter procurado, ao menos, aproximar os seus propósitos daquilo que pode não ter sido mais do que uma exaltante fantasia, uma espécie de realidade idealizada. E o tamanho dessa fantasia só poderá ser perfeitamente captado com a fatia que dedicou a Jaurés os referidos

⁹³ *Anuário Comercial* 1948, vol. I: 1827.

⁹⁴ *Anuário Comercial* 1950, vol. I: 1944; *Anuário Comercial* 1951, vol. I: 2002-174.

⁹⁵ *Anuário Comercial* 1951, vol. I: 2002-174.

⁹⁶ *Anuário Comercial* 1954, vol. I: 2166-49–2166-50.

⁹⁷ *Anuário Comercial* 1964-1965, vol. I: 3402.

⁹⁸ *Anuário Comercial* 1965-1966, vol. I: 3616; *Anuário Comercial* 1967, vol. I: 3564.

⁹⁹ REBELO 1994: 83.

¹⁰⁰ REBELO 1994: 31.

¹⁰¹ REBELO 1994: 71.

contributos, porventura em maior relevo o que se representa nas páginas do livro de Casinha Nova que aqui foi sendo considerado.

Voltando aos tempos que sossegaram o fim da guerra, é muito provável que, nos afazeres do labor timorense que escolhera prosseguir, Jaurés contasse já com a colaboração de um seu filho, José dos Santos Viegas de seu nome. É que, quando a procela findou e foram tomadas as medidas julgadas indispensáveis para levar a bom porto a designada *reocupação de Timor*, a concretização dessas tarefas foi confiada à batuta do governador Óscar Ruas. Foi então que a mãe de Jaurés Viegas, uma senhora, recorde-se, de nome Maria Viegas, voltaria a ocupar um lugar de notoriedade da existência do filho, agora sedado em Timor. De uma primeira vez, como se anotou, no rescaldo do consulado de Teófilo Duarte como governador de Timor, Maria Viegas, lançara, nas páginas de um jornal lisboeta, um apelo para que o sucessor de Teófilo mantivesse a mesma política de apoio aos deportados presentes em Timor¹⁰².

Agora, em Abril de 1946, quase vinte anos passados, a mesma senhora, moradora em Lisboa, na Estrada da Luz, *viúva e pobre*, invocando já não poder *trabalhar com os meus 80 anos*, vinha junto do *Ministro das Colónias* requerer que um seu neto, de nome José dos Santos Viegas, precisamente um filho de Jaurés, fosse autorizado a juntar-se ao pai, que agora se encontrava *em boa situação em Timor*. Esse José, garantia-se no dito requerimento, embora tendo nascido em Timor na data de 25 de Outubro de 1929, *veio para Lisboa com a idade de 3 anos*, e a avó, *costureira*, tratou de o amparar como pôde. Sobre tal requerimento, obtidos ao pareceres convenientes em Lisboa e em Timor, considerando-se o funcionário em causa e *os motivos de apreço que distinguiram a sua postura*, haveria de ser exarado o despacho - *Para ser considerado com outros casos de pedido de passagem quando houver oportunidade*. Um mês volvido, novo despacho sentenciaria: *Deferido*. E o certo é que, a bordo do navio *Quanza*, o qual, numa surtida em que transportou uma grande parte dos novos colonos para Timor, saiu de Lisboa a 23 de Julho de 1946 e ancorou em Díli a 22 de Setembro desse mesmo ano, seguiu José dos Santos Viegas para se juntar ao seu pai, lá na terra que o vira nascer dezasseis anos antes¹⁰³.

Em Timor, Jaurés haveria de viver com *imensas mulheres*, confessou ele a um interlocutor aqui já tomado em muita conta¹⁰⁴. Era certamente o filho de uma dessas mulheres que então partia ao encontro do pai. Siga-se, por ora, neste campo da construção familiar que Jaurés plantou por terras timores, a preciosa biografia que, da sua figura de deportado, Madalena Salvação Barreto, uma historiadora, incluiu num seu recente trabalho académico. Nesse estudo, se confirma a presença de *imensas mulheres*, tanto como de muitos filhos, em número de treze, que ele *sempre assumiu e tomou conta*. A partir de duas entrevistas que aquela historiadora realizou, uma em Díli,

¹⁰² *Diário de Lisboa*, 9-03-1929: 9.

¹⁰³ PT-AHU-12-2G-MU-DGAPC-MÇ-1938_1950 (2-2).

¹⁰⁴ NOVA 2014: 81.

a outra em Fatubessi, pode dar-se conta: com Maria Babo, de Liquiçá, nasceu Domingas Ximenes Viegas; Maria Celestino, de Atabai, *deu-lhe* o já considerado José dos Santos Viegas, assim como António Américo Viegas; em Quelicai, na parte leste de Timor, vieram Mário Américo Viegas e Daniel Américo Viegas, sem que o nome da mãe surja anotado na fonte que está a ser considerada. Em Ermera, com Emília Martins, chegaram Salvador Américo Viegas, Jaime Américo Viegas e Maria Américo Viegas. Com Carme, *mestiça macaense*, nasceram Virgílio, Ilda, Gina, Carlota e Céu. E, garante o mesmo estudo, nenhuma das uniões de onde brotaram os filhos que houve, *chegou a ser formalizada a nível oficial, junto das autoridades administrativas ou do registo católico*¹⁰⁵.

Outra fonte, aquela de um tempo situado na primeira metade da década de 1960, garante ter encontrado Jaurés a viver *com uma simpática senhora timorense, mãe de sua filha mais nova, uma bonita menininha de uns treze anos./ Tinha já desposado imensas mulheres, mas à moda timorense, isto é, pelo barlake...*¹⁰⁶. Não é possível, evidentemente, sobre o universo familiar de Jaurés, senão fazer encontrar parcialmente esta descrição com a anteriormente considerada. Nem parece ser o lugar para questionar se o conceito e o entendimento do *barlake*¹⁰⁷, no quadro das culturas timorenses, admitiriam a sua efectivação que não entre duas famílias intrínsecas, sendo que, para além do mais, no caso, se tal pudesse verificar-se, a família de Jaurés certamente não estaria presente em Timor para concretizar aquela forma de aliança familiar.

A figura de Jaurés Américo Viegas que passou pelas páginas do presente escrito, foi sendo inspirada por representações diversas. Não será grande ousadia considerar que o essencial dessas distinções transcorra entre o *temido legionário vermelho que tem estado preso por várias vezes como bombista*, como em certo tempo o consideraram, e *um coração de pomba* com que foi percebido noutro tempo; entre o homem que se dedicava à *extorsão de dinheiro a várias pessoas e o melhor dos Portugueses então em Timor*. Entre o prisioneiro à *ordem da Polícia de Segurança do Estado (...) entregue para Timor*, e o filho *ilibado de culpas*, uma vítima de *injusto desterro*¹⁰⁸. Entre o *fervoroso ateu* e o homem que *pusera um camião seu com gasolina à disposição dos padres salesianos para o transporte de paus e pedras para a construção de uma nova escola salesiana na vila de Ermera*¹⁰⁹.

Talvez possa dizer-se que a figura objecto dessas representações foi sempre a mesma; o que mudou foi o tempo que as proferiu. Em certos casos, muito tempo levará o saber da história a cobrir o manto com que a lenda idealizou. O que se conhece da vida de Jaurés Américo Viegas,

¹⁰⁵ BARRETO 2015: 226-229.

¹⁰⁶ NOVA 2014: 89.

¹⁰⁷ Observa-se a grafia, *barlake*, proposta por Luís Costa, cfr. COSTA 2000: 50.

¹⁰⁸ NOVA 2014: 111.

¹⁰⁹ NOVA 70.

umas vezes parecem históricas de encantar, outras vezes, pedaços de contar a história. Simplesmente. Em qualquer caso, pela vida de Jaurés, foi a rai timor que se sustentou. Desconhecida e enfeitadora.

Jaurés Américo Viegas faleceu em Timor no ano de 1964. Terá sido *em Ermera, dois meses antes de acabar, eu também, o meu desterro, com o regresso a Portugal*¹¹⁰, assegura uma fonte cuja água foi aqui muito tomada. Nunca se saberá de onde ele foi: se de Setúbal, o sítio onde pode ser que tenha vindo ao mundo; ou se de Ermera, o lugar onde fechou os olhos.

Bibliografia

- *A Batalha*.
- *A Capital*.
- *Anuário Comercial*.
- Arquivo Histórico da Marinha (AHMarinha).
- Arquivo Histórico Ultramarino (PT-AHU).
- Arquivo Histórico-Diplomático (PT-AHD).
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo (PT-TT).
- BARRETO, Madalena Ceppas Salvação, *Timor do século XX: deportação, colonialismo e interações culturais*, Dissertação de Mestrado em Antropologia – Cultura Visuais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, Outubro 2015.
- *Boletim Oficial de Timor* (BOT).
- BRITO, Francisco Garcia de, *Tata-mai-lau. Timor contra o Japão – 1941-1945*, Lisboa, Perspectivas Editoriais, 1977.
- CABRITA, José António, “Expressões de uma lusofonia doída. Casos de deportação política para a lonjura de Timor”, AA/VV, *A MEMÓRIA DO QUE FOI, O REGISTO DO QUE É, O PROJECTO DO QUE SERÁ – Actas do ciclo de conferências comemorativas dos 500 Anos do Foral de Alhos Vedros [1514-2014]*, s/l, Câmara Municipal da Moita/CACAV – Círculo de Animação Cultural de Alhos Vedros, 2015: 127-137.
- CABRITA, José António, *Na lonjura de Timor/Iha dook rai timor*, Díli – Timor-Leste, Crocodilo Azul, 2016.
- CARDOSO, António Monteiro, *Timor na 2ª Guerra Mundial – O Diário do Tenente Pires*, Lisboa, Centro de Estudos de História Contemporânea, 2007.
- CARVALHO, José dos Santos, *Vida e Morte em Timor durante a Segunda Guerra Mundial*, Lisboa, Livraria Portugal, 1972.
- CARVALHO, Manuel de Abreu Ferreira de, *Relatório dos Acontecimentos de Timor (1942-1945)*, Lisboa, Cosmos/Instituto de Defesa Nacional, 2003.
- COSTA, Luís, *Dicionário de Tétum-Português*, Lisboa, Colibri, 2000.
- *Defesa Nacional*.
- *Diário de Lisboa*.
- *Diário de Notícias*.
- DUARTE, Teófilo, *Ocupação e colonização branca de Timor*, Porto, Editora Educação Nacional, 1944.
- DUARTE, Teófilo, *Timor. Ante-câmara do Inferno!?*, Famalicão, Tip. Minerva de Gaspar Pinto de Sousa & Irmão, 1930.
- FREIRE, João e LOUSADA, Maria Alexandra, *Roteiros da Memória Urbana – Setúbal: marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*, Lisboa, Colibri, 2013.

¹¹⁰ NOVA 2014: 73.

- http://www.irn.mj.pt/sections/irn/a_registral/registos-centrais/docs-da-nacionalidade/vocabulos-admitidos-e/.
- <http://pt.euronews.com/2014/07/31/jean-jaures-o-pacifista-que-quis-convocar-uma-greve-geral-para-evitar-grande>.
- <https://tombo.pt/f/stb01>.
- <https://tombo.pt/f/stb02>.
- <https://tombo.pt/f/stb03>.
- <https://tombo.pt/f/stb05>.
- MORNA, Capitão-tenente Álvaro de Freitas, *Transporte de Guerra Pêro de Alenquer. Relatório da Viagem ao Extremo Oriente, 1927-1928*, Lisboa. Imprensa da Armada, 1931.
- NOVA, José Conceição Casinha, *Memórias de Timor*, Albufeira, Arandis Editora, 2014.
- *O Século*.
- POLICARPO, António M. Neves, *José da Silva Gordinho (1899-1948). Memorial de um Anarquista Almadense*, Cova da Piedade, Junta de Freguesia da Cova da Piedade, 2003.
- REBELO, Capitão, *Timor, Usos e Costumes*, s/l, Edição do Autor, 1994.
- RODRIGUES, Edgar, *A Oposição Libertária em Portugal (1938-1974)*, Lisboa, Editora Sementeira, 1982.
- RODRIGUES, Edgar, *A Oposição Libertária em Portugal (1938-1974)* - “Depoimento de Raúl Pereira dos Santos”, Lisboa, Editora Sementeira, 1982: 275-284.
- RODRIGUES, Edgar, *A Resistência Anarco-Sindicalista à Ditadura (1922-1939)*, Lisboa, Editora Sementeira, 1981.

José António Cabrita

(texto acabado de compor numa manhã, fria e luminosa, de Dezembro de 2016)



*A LASA - Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão
é uma associação regional sem fins lucrativos,
fundada em 1955, cujos estatutos definem finalidades
múltiplas, todas elas orientadas para a defesa e divulgação
do património cultural, ambiental e social,
numa perspectiva do desenvolvimento regional.*



LASA - Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão